

Lucas Marques Tarabal 

Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Escola de Arquitetura - UFMG

lucasmtarabal@gmail.com

A PAISAGEM COMO TESTEMUNHO: SOLASTALGIA E A ELABORAÇÃO DO TRAUMA EM ESPAÇOS ALTERADOS PELA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS.

Resumo

Este artigo explora a intrínseca e multifacetada relação entre o estado de Minas Gerais e a atividade minerária, concebendo-a como sua gênese e um trauma permanente. Evidencia-se que a busca por riquezas minerais moldou a paisagem e o desenvolvimento do estado, mas também gerou profundas cicatrizes socioambientais e humanas. A análise abrange desde a supressão de comunidades indígenas e a exploração de mão de obra escravizada até as catastróficas rupturas de barragens, como as de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), que transformaram o Brasil no país com o maior número de mortes em acidentes dessa natureza. O texto introduz o conceito de Solastalgia — a dor existencial sentida pela transformação intrusiva dos ambientes — como chave para compreender a dimensão emocional desse trauma contínuo na paisagem mineira. Propõe-se um "olhar arqueológico" para os espaços de trauma, inspirado em Didi-Huberman, defendendo a aceitação das ruínas e alterações como testemunho, em vez de sua ocultação. Por fim, o conceito de "patrimônio difícil" é apresentado como um caminho para reconhecer esses locais como sítios de memória coletiva, possibilitando a elaboração do trauma e a construção de um futuro mais justo e sustentável, onde as cicatrizes da terra ensinam e promovem uma nova relação com o território.

Palavras-chave: mineração; trauma; solastalgia; patrimônio difícil; Minas Gerais

LANDSCAPE AS TESTIMONY: SOLASTALGIA AND THE ELABORATION OF TRAUMA IN SPACES ALTERED BY MINING IN MINAS GERAIS.

Abstract

This article explores the intrinsic and multifaceted relationship between the state of Minas Gerais and mining activity, conceiving it as both its genesis and a permanent trauma. It highlights that the pursuit of mineral wealth shaped the state's landscape and development, but also generated profound socio-environmental and human scars. The analysis spans from the suppression of indigenous communities and the exploitation of enslaved labor to catastrophic dam failures, such as those in Mariana (2015) and Brumadinho (2019), which made Brazil the country with the highest number of deaths in such accidents. The text introduces the concept of Solastalgia—the existential distress experienced due to intrusive transformation of environment—as key to understanding the emotional dimension of this continuous trauma in the mining landscape. It proposes an "archaeological gaze" for trauma sites, inspired by Didi-Huberman, advocating for the acceptance of ruins and alterations as testimony, rather than their concealment. Finally, the concept of "difficult heritage" is presented as a path to recognize these sites as places of collective memory, enabling the elaboration of trauma and the construction of a more just and sustainable future, where the land's scars teach and promote a new relationship with the territory.

Keywords: mining; trauma; solastalgia; difficult heritage; Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

Minas Gerais, um dos estados mais estratégicos e populosos do Brasil, tem sua identidade e configuração intrinsecamente moldadas pela atividade minerária. Desde o período colonial, a exploração de suas riquezas minerais — do ouro e diamantes históricos ao minério de ferro e lítio contemporâneos — tem sido a força motriz de seu desenvolvimento territorial, econômico e cultural. Contudo, essa relação umbilical com a mineração não se restringe à prosperidade; ela também gerou um legado complexo de profundas alterações paisagísticas, socioambientais e históricas, configurando um verdadeiro trauma para o estado.

Este artigo propõe analisar a mineração em Minas Gerais sob a perspectiva do trauma e de um de seus sintomas quando este está relacionado aos lugares, a Solastalgia — a dor da perda e da transformação de um ambiente familiar. Argumenta-se que a contínua intervenção extrativista resultou em uma terra ferida, cuja materialidade e as cicatrizes impostas à paisagem exigem uma abordagem crítica e de certo olhar arqueológico. Para tanto, será explorado o conceito de “patrimônio difícil” como uma via crucial para a elaboração desse trauma coletivo, permitindo que as marcas da mineração sejam reconhecidas como locais de memória e testemunho, e não de ocultação.

Em termos metodológicos, este estudo emprega uma abordagem interdisciplinar, conjugando conceitos da geografia, história ambiental, psicanálise e patrimônio cultural para desvelar as camadas de significado e sofrimento inscritas na paisagem mineira. Ao longo do texto, serão explorados os impactos históricos e contemporâneos da mineração, a metáfora da terra como corpo, a Serra do Curral como um estudo de caso emblemático, e o papel do “patrimônio difícil” na busca por uma reconciliação honesta com esse passado que se manifesta continuamente no presente, projetando, assim, um futuro mais consciente e justo para o estado.

2. A GÊNESE MINERÁRIA DE MINAS GERAIS: HISTÓRIA, ECONOMIA E CONSEQUÊNCIAS

Minas Gerais, em sua essência, é um território cunhado pela mineração. Desde os primórdios da colonização, a busca por riquezas minerais ditou os ritmos de seu povoamento, sua organização espacial e suas dinâmicas econômicas e sociais. A presença da mineração manifesta-se nas lavras históricas de ouro, diamantes e outras pedras preciosas, nas vastas jazidas de minério de ferro e

nas explorações emergentes de lítio, transcendendo a mera esfera produtiva e infiltrando-se na própria identidade do estado. Como observam autores que analisam a formação minerária a partir de perspectiva históricas, regionais e socioambientais – entre eles Resende e Villalta (2007), Almeida (2010) e Libby (1988) -, a mineração constitui um eixo estruturante da sociedade mineira, tanto em sua materialidade quanto em seus imaginários culturais.

A mineração em Minas Gerais não é um fenômeno isolado no tempo; ela representa uma continuidade histórica de exploração de recursos naturais que remonta ao século XVIII. A antiga Capitania das Minas de Ouro foi concebida e desenvolvida em função da riqueza aurífera. Esse período inicial, marcado pela exploração intensiva do ouro, não apenas delineou os primeiros contornos geográficos e demográficos da região, mas também introduziu uma complexa rede de relações sociais, econômicas e culturais. A chegada dos bandeirantes, as descobertas de grandes veios de ouro e a subsequente migração maciça e desordenada para a região deram origem a povoados que rapidamente se converteram em vilas e cidades, definindo um novo padrão de ocupação territorial da emergente colônia (Souza, 2009). Essa expansão inicial apoiou-se não apenas na ação dos bandeirantes e dos agentes coloniais, mas também nos conhecimentos e trilhas indígenas, fundamentais ao desbravamento do território (Souza, 2009). Esses povos foram sucessivamente expropriados, mortos ou deslocados, mesmo quando seus saberes eram incorporados à cartografia colonial, inscrevendo no mapa caminhos ancestrais apropriados pelo colonizador.

A fé católica, por sua vez, acompanhava o avanço das lavras, com a edificação de igrejas e capelas que não só serviam às necessidades espirituais dos colonos e escravizados, mas também marcavam o território e solidificavam a presença colonial em cada nova área explorada (Schwarcz; Starling, 2018). No entanto, essa fundação pela mineração não implicou em um desenvolvimento autossustentável. Pelo contrário, o modelo extrativista colonial, focado na exportação da matéria-prima bruta, perpetuou uma dependência econômica que, em muitas de suas características essenciais, persiste até os dias atuais (Guimarães; Milanez, 2017). Esse modelo consolidou em Minas Gerais um padrão de exploração territorial voltado ao exterior, gerador de passivos socioambientais e desigualdades persistentes, cujo legado inclui desastres, deslocamentos e perdas paisagísticas que ainda marcam profundamente a experiência mineira com a mineração (Gonçalves, 2016; Silva; Silva, 2020).

Com a rápida decadência da exploração aurífera no final do século XVIII e início do XIX, Minas Gerais enfrentou um período de ajustamento econômico. Contudo, a vocação extrativista do estado seria reafirmada com a ascensão do minério de ferro, cuja exploração moldaria de maneira ainda mais drástica a paisagem mineira. Diferentemente do ouro, que podia ser transportado em pequenos volumes, o minério de ferro, devido ao seu volume e peso, exigia uma infraestrutura logística pesada, sendo a principal delas a construção de ferrovias que, a partir do século XIX, começaram a cortar o território mineiro, tornando-se fundamentais para viabilizar a exploração em larga escala do minério de ferro. Elas não apenas facilitaram o transporte da produção das jazidas para os portos do litoral, mas também redefiniram a geografia econômica do estado, criando eixos de desenvolvimento e expondo o interior a uma exploração mais intensiva. Esse processo representou uma continuidade do modelo colonial, onde os recursos naturais do Brasil continuavam a ser direcionados para servir às demandas dos países do Norte Global, consolidando uma lógica de exportação de *commodities* que pouco se alterou com o fim do regime colonial (Furtado, 1998; Gonçalves, 2016).

O impacto do minério de ferro na paisagem e no cotidiano mineiro é acentuado. A mineração de ferro, por sua escala e métodos de extração, resulta em modificações geológicas de proporções colossais. Montanhas são removidas, vales são preenchidos e extensas cavas são abertas, alterando radicalmente a topografia. Essa transformação não se restringe ao aspecto físico; ela perpassa os cotidianos, modos de vida, fluxos, moradias e, em última instância, todos os componentes que configuram o espaço e a vida em Minas Gerais. A mineração de ferro se manifesta na paisagem como uma presença onipresente e, muitas vezes, opressora. Os grandes comboios de minério nas ferrovias, pesados e intransigentes, como qualificado pelo poeta itabirano que muito denunciou os impactos da mineração em sua cidade natal, Carlos Drummond de Andrade, simbolizam essa força avassaladora que impõe sua lógica e seus ritmos ao estado (Wisnik, 2018). A regra em Minas Gerais é a do minério, da mineração. Essa hegemonia, paradoxalmente, coloca em risco aquilo que a própria atividade econômica ajudou a construir: a infraestrutura, as cidades e a memória cultural de um povo, como veremos posteriormente. A dinâmica de Minas Gerais é, inexoravelmente, a dinâmica da mineração.



Figura 1. Cava de mineração em Itabira, Minas Gerais.

Fonte: Josué Marinho, 2013. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Itabira_MG_Brasil - Minera%C3%A7%C3%A3o_da_Vale - panoramio.jpg, acesso em 24/06/2025.

A dimensão da mineração em Minas Gerais é expressa não apenas em sua presença visual, mas também nos números que a quantificam. O estado é, de fato, uma imensa área de mineração, seja executada, em exploração ou potencialmente explorável. A atividade minerária não é apenas um componente da economia; ela pode ser vista como o carma do estado, dada a sua influência hegemônica. As jazidas de minério de ferro são as mais expressivas, com uma extração anual de aproximadamente 300 milhões de toneladas, representando cerca de um terço de toda a produção mineral do Brasil e 40% da produção de minerais metálicos (CODEMIG, 2025). Além do minério de ferro, Minas Gerais se destaca como o maior produtor nacional de zinco, fosfato, grafita, lítio e calcário. A relevância do estado no cenário global é ainda mais acentuada pela produção de nióbio: 75% de todo o nióbio do mundo provém de Minas Gerais. O estado também mantém a liderança histórica na produção de ouro no Brasil, sendo responsável por metade de todo o ouro extraído no país (Agência Nacional de Mineração, 2022). A magnitude financeira dessa exploração é igualmente surpreendente. Em 2021, a exploração de minério de ferro gerou um valor total superior a 66 bilhões de reais, enquanto a de ouro ultrapassou 9 bilhões de reais, revelando a colossal riqueza gerada pela atividade minerária no estado (Agência Nacional de Mineração, 2022).

Essa opulência mineral e sua inerente exploração forjaram um estado de contrastes gritantes. De um lado, a riqueza gerada pela mineração permitiu o

florescimento de uma das expressões artísticas e culturais mais singulares do Brasil: o barroco mineiro, com suas cidades históricas e as obras-primas de Ataíde e Aleijadinho (Resende; Villalta, 2007). A literatura também floresceu, e a efervescência política culminou na Inconfidência Mineira (Resende; Villalta, 2007). O processo de colonização e povoamento resultou na criação de um dos estados economicamente mais importantes e populosos do país, abrigando 853 municípios. A infraestrutura desenvolvida para o escoamento da produção mineral resultou na maior malha ferroviária do Brasil. Os benefícios financeiros da mineração para o estado são substanciais, com uma arrecadação de 85,6 bilhões de reais por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) em 2023, e a geração de 210 mil empregos diretos no setor (IBRAM, 2024). Essa cultura efervescente, diversa e gigante é um legado direto da atividade minerária. No entanto, é imperativo reconhecer que essa prosperidade e desenvolvimento ocorreram em paralelo a custos humanos e ambientais incalculáveis.

3. A MINERAÇÃO COMO TRAUMA SOCIOAMBIENTAL: FERIDAS NO CORPO DA TERRA

A face gloriosa do barroco e o robusto desempenho econômico de Minas Gerais são, indissociavelmente, entrelaçados a uma narrativa de profunda degradação socioambiental e humana. A riqueza extraída do solo mineiro carrega em sua história o peso da violência, da expropriação e da destruição. O processo minerário, desde seus primórdios coloniais, não se limitou à extração de minerais; ele significou a extinção ou drástica diminuição populacional de inúmeros grupos indígenas originários do território mineiro, como os Cataguás, Puris, Maxacalis, Maconis, Naquenuques, Aranás, Crenques e Pataxós, brutalmente impactados pela chegada dos colonizadores. Essa invasão não apenas dizimou populações, mas impôs uma dominação cultural que buscou apagar suas identidades e modos de vida milenares (Schwarcz; Starling, 2018).

Paralelamente, a demanda por mão de obra nas minas resultou na migração forçada de milhares de escravizados africanos e seus descendentes. Trazidos em condições desumanas, eles foram submetidos a trabalhos exaustivos e degradantes, sendo a base da força produtiva que sustentou a mineração colonial, o que, por sua vez, resultou na formação de mais de uma centena de comunidades quilombolas de resistência no século XVIII, que se tornaram refúgios e centros de preservação cultural (Gomes, 2015). Segundo Douglas

Libby, a população cativa na capitania era de 95.366 pessoas em 1775, alcançando a marca de 174 mil pessoas escravizadas em 1786 (Libby, 2007). Contudo, a ampla utilização de mão de obra análoga à escravidão persiste como uma sombra na história da mineração no estado, evidenciando as continuidades de um sistema exploratório.

Os impactos ambientais, por sua vez, são catastróficos e de longo alcance. A mineração em Minas Gerais tem levado à modificação de ecossistemas em vasta escala, à contaminação de incontáveis bacias hidrográficas e à destruição de *habitats* essenciais para a biodiversidade. A alteração drástica da paisagem é visível em várias partes do estado: remoção de montanhas inteiras e abertura de grandes cavas, que configuram uma nova e artificial topografia, como é possível verificar em municípios como Congonhas, Conceição do Mato Dentro, Araxá e Itabirito, citando apenas quatro exemplos. Essas intervenções, que modificam rios, solos e o perfil do relevo, geram consequências ecológicas irreversíveis, afetando a flora, a fauna e os serviços ecossistêmicos vitais.

3.1 TRAGÉDIAS E VULNERABILIDADE NO TERRITÓRIO MINERÁRIO

A história da mineração em Minas Gerais é também marcada por uma série de tragédias que escancaram a face mais sombria dessa atividade. Desde os primórdios, acidentes e colapsos foram frequentes, ceifando vidas e devastando comunidades. Minas como a de Cata Branca, em Itabirito (1844), e a de Morro Velho, em Nova Lima (1867 e 1886), são exemplos de tragédias históricas que, embora distantes no tempo, ressoam como advertências. Mais recentemente, os rompimentos de barragens de rejeitos se tornaram um símbolo da vulnerabilidade e de certo descaso com a segurança e o meio ambiente: Fernandinho (1986), Herculano (2014, Itabirito), Rio Verde (2001, Nova Lima) e Mineração Rio Pomba (2008, Miraí), são nomes que ecoam a falha sistêmica e a ausência de fiscalização efetiva.

O ápice dessas catástrofes, que redefiniram o panorama de desastres ambientais no Brasil, ocorreu em um curto espaço de tempo. Em 2015, o rompimento da barragem de rejeitos da Mina de Fundão, em Mariana, de propriedade da Samarco (*joint venture* entre Vale e BHP Billiton), desencadeou a destruição completa de quase toda a bacia do Rio Doce, com seus rejeitos tóxicos percorrendo mais de 600 km até a foz no litoral do Espírito Santo. Esse desastre ceifou 19 vidas, varreu do mapa distritos inteiros como Bento

Rodrigues, e causou danos ambientais, sociais e econômicos incalculáveis, sendo considerado o maior desastre ambiental do país.



Figura 2. Ruínas de Bento Rodrigues após o rompimento da Barragem da Mina de Fundão, em Mariana, Minas Gerais.

Fonte: Rogério Alvez/TV Senado, 2015. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bento_Rodrigues,_Mariana,_Minas_Gerais_%2822730753698%29.jpg, acesso em 23/06/2025.

Tragicamente, apenas quatro anos depois, em 2019, o estado foi palco do segundo maior desastre ambiental do Brasil, o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, operada pela Vale S.A. Esse evento resultou em um número estarrecedor de 272 vítimas fatais, sendo que três delas ainda permanecem desaparecidas até a data de elaboração deste artigo. Com esses números, o Brasil se tornou o país com o maior número de mortes em acidentes desse tipo (Passarinho, 2019).

Os dados mais recentes da Agência Nacional de Mineração (ANM, 2024), de dezembro de 2024, reforçam a urgência da situação: Minas Gerais possui 334 barragens de mineração, das quais 152 apresentam Dano Potencial Associado (DPA) alto, indicando que seu rompimento causaria um impacto severo. Além disso, 28 têm Categoria de Risco (CR) alta, apontando para a probabilidade de falha. 201 barragens não possuem Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), documento crucial para a gestão de riscos e a proteção de vidas. A situação de alerta é ainda mais preocupante, com 17 barragens em nível de alerta, 22 em nível de emergência 1, 4 em nível de emergência 2 e 2 em nível de emergência 3 (o nível máximo possível), indicando risco iminente de colapso. Esses números não são apenas estatísticas; eles representam vidas em risco, comunidades sob ameaça constante e um legado de medo e incerteza.



Figura 3. Vista aérea da área afetada pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais.

Fonte: Vinícius Mendonça/Ibama, 2019. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brumadinho,_Minas_Gerais_%2847021723582%29.jpg, acesso em 23/06/2025.

3.2 A PAISAGEM COMO CORPO TRAUMATIZADO

A compreensão da profundidade desses impactos exige uma expansão do conceito de dano para além da esfera puramente material ou econômica. A paisagem, os rios, as montanhas e as comunidades que neles habitam, sofrem um tipo de trauma que ressoa em níveis profundos de sua existência. A mineração revolve a terra, abrindo suas cavas como se abrisse um corpo, um organismo vivo em uma mesa de cirurgia para dali extrair uma matéria de importância na operação. A terra, como um corpo aberto, como um corpo na mesa de cirurgia, sofre uma intervenção violenta e intrusiva. A mineração é, nesse sentido, um parasita desse corpo, um agente externo que explora de maneira a gastar menos energia possível para obter o maior ganho imaginável em detrimento do hospedeiro. Essa dinâmica estabelece a essência de um método de produção biológico-parasitário, onde o lucro é obtido às custas da saúde e integridade do ambiente.

As grandes cavas de mineração expostas na paisagem, os caminhos que transportam material de um lado para o outro e as montanhas rasgadas são manifestações concretas desse método de abertura do corpo-terra. Essa relação parasitária deixa rastros, fissuras e profundas feridas no tecido geológico. A compreensão dessa ferida na paisagem pode ser aprofundada pela etimologia da palavra trauma. Em grego, *trauma* deriva de *traumatós*, que significa "furar", indicando uma "ferida com efracção como consequência de uma lesão resultante de uma violência externa". A psicanálise adotou o termo

e o redefiniu a partir de três significados implicados na palavra grega: "a de um choque violento, a de uma efracção e a de consequências sobre o conjunto da organização" (Laplanche; Pontalis, 1988, p. 679).

É precisamente esse conceito de trauma que se manifesta na paisagem minerada, em processo de alteração contínua em Minas Gerais. Esses lugares, assim como um corpo vivo, possuem feridas abertas pela atividade minerária. As imagens de cavas e montanhas removidas representam um choque violento nas paisagens, que, assim como na efracção, arromba os tecidos, deixando-os expostos. A exposição das várias camadas de solo vindas à superfície das cavas de mineração, o arrombamento da terra para sua exploração, são análogos à violação de um corpo. Essa drástica mudança nos lugares afeta profundamente seu conjunto organizacional, seu modo de funcionamento hídrico, sua fauna, flora, e os habitantes que ali vivem e mantêm suas íntimas relações com o lugar. O trauma, nesse sentido, é uma ruptura na continuidade e integridade do espaço, com reverberações que atingem a vida em suas múltiplas formas (Jorge, 2000).

O que se verifica, após mais de 300 anos de exploração das terras de Minas Gerais, é a persistência dessa ferida a olhos vistos nas cavas de mineração, que se configuraram em um trauma espacial. Esse trauma não é um evento isolado no passado; ele perpassa toda a história do Estado, desde sua fundação. É um trauma incessante, pois esse corpo repleto de feridas ainda está na mesa de cirurgia, tendo seus tecidos revolvidos e retirados pelas gigantescas retroescavadeiras. É, portanto, uma ferida permanente de um passado minerário que, de fato, nunca passou, sendo apenas reescrito em novos ciclos em que a mudança é apenas do minério da vez. Essa analogia com o corpo na mesa de cirurgia ressalta a vulnerabilidade contínua do ambiente e a perpetuação do ciclo extrativista.

3.3 SOLASTALGIA: O SINTOMA DA FERIDA NO LUGAR

A Solastalgia, conceito cunhado pelo filósofo ambiental Glenn Albrecht, emerge como um sintoma direto desse trauma. Na construção do seu conceito, Albrecht se apropria de duas palavras. A primeira delas é *solace*, palavra do inglês para consolo, relacionada a provisão de conforto diante de um acontecimento angustiante, o alívio de certa angústia. A palavra origina *desolare*, desolação, ligado ao abandono e a solidão. A segunda: *nostalgia*, construção de origem grega a partir da junção de *nostos*, de voltar à casa, regresso, e *algos* ou *algia*,

de dor, sofrimento, doença. Este último radical, *algia*, é empregado no termo de Albrecht de modo que esse tipo de luto territorial tenha este componente relacionado ao sofrimento, ou seja, nesta construção, o termo adquire a conotação de dor pela ausência de consolo diante de um acontecimento angustiante. Segundo Albrecht (2005), a palavra é construída de modo que possua uma “referência fantasma ou semelhança estrutural” com a palavra nostalgia, o que incorpora uma referência de lugar. Nesta construção linguística, esse fenômeno “é a dor ou doença causada pela perda ou falta de consolo e sensação de isolamento ligada ao estado atual da casa e do território.” (Albrecht, 2005, p. 48, tradução nossa).

Apesar da referência e da proximidade que Solastalgia tem com a palavra nostalgia, é importante diferenciá-las. A nostalgia possui uma dimensão espacial e temporal deslocada, tradicionalmente, a nostalgia é a dor dos viajantes e dos migrantes. Ou seja, há um deslocamento entre o nostálgico e o objeto da sua nostalgia. Ao contrário, a Solastalgia não possui este deslocamento, uma vez que se trata da dor vivenciada a partir do reconhecimento de que o lugar onde se reside está sob ataque imediato, o que para o autor está relacionado a uma desolação física. Esse fenômeno se manifesta a partir de um ataque ao sentido de lugar, erodindo o sentimento de pertencimento e, por conseguinte, a identidade que este pertencimento ocasiona naquele que habita o lugar, o que provoca o sentimento de angústia, desolação psíquica, relativo à sua transformação. De modo que acaba se transformando em um desejo intenso de que o lugar em que se habita continue proporcionando o conforto e o consolo proporcionados pelo lar. Ou seja, é uma experiência vivida “da perda do presente manifestada num sentimento de deslocamento [...], é uma forma de saudade que sentimos quando ainda estamos em ‘casa’.” (Albrecht, 2005, p. 49, tradução nossa).

Qualquer contexto em que a identidade local é desafiada por profundas mudanças na ordem existente tem o potencial de provocar Solastalgia, que pode ser respondida pelo indivíduo de três maneiras distintas, uma direcionada ao passado, outra ao presente, e outra, ainda, ao futuro. A resposta direcionada ao passado é a própria nostalgia, expressa na vontade de retornar a um estado ou lugar no passado onde a identidade e o conforto eram estáveis. Como resposta direcionada ao presente, há um forte desejo de sustentar, manter, aquelas coisas que proporcionam conforto e que ainda restam nos lugares, a própria habitação, por exemplo. E, por fim, como resposta direcionada ao

futuro, pode provocar uma necessidade ativa de criar coisas novas ou se envolver com ações coletivas que proporcionem consolo e comunhão, esta é a dimensão, por exemplo, da luta, da resistência.

O conceito é aplicado, segundo o autor:

[...] em qualquer contexto onde exista a experiência direta de transformação ou destruição do ambiente físico (casa) por forças que minam um sentido pessoal e comunitário de identidade e controle. A perda de lugar leva à perda do sentido de lugar, vivenciada como condição de solastalgia. Os momentos mais pungentes da solastalgia ocorrem quando os indivíduos vivenciam diretamente a transformação de um ambiente amado. Assistir ao desmatamento (remoção de árvores) ou à demolição de edifícios, por exemplo, pode ser causa de um sofrimento profundo que pode se manifestar como intensa dor visceral e angústia mental (Albrecht, 2005, p. 49, tradução nossa).

No contexto mineiro, essa dor é o sentimento do trauma da mineração, análoga à desorientação e tontura que são sintomas dos traumatismos no corpo humano. Sentimento experienciado por aqueles que mantêm profundas relações de pertencimento com os espaços alterados pela mineração, com estes espaços repletos de afeto que podemos chamar de lugares.

Essa condição psicológica e emocional reflete as consequências de se cavar a terra, de mover, remover e transportar montanhas inteiras. A Solastalgia não é uma nostalgia simples, um anseio por um passado irrecuperável. É uma forma de luto pelo lugar transformado, uma perturbação profunda sentida por aqueles que testemunham a alteração irreversível de seu ambiente familiar, de seu lugar-lar, e que experimentam a perda de identidade e bem-estar associada a essa mudança (Albrecht, 2005). No caso de Minas Gerais, o sentimento se manifesta na desorientação das comunidades deslocadas, na angústia de quem vê sua montanha ser desfigurada, na tristeza daqueles que perderam seus rios para a lama tóxica. É a materialização do sofrimento psíquico em face de uma paisagem violentada, onde o familiar se tornou estranho e o estável se tornou precário. Compreender essa experiência emocional é reconhecer a dimensão subjetiva e emocional do impacto da mineração, que vai além dos danos econômicos ou ecológicos mensuráveis, tocando na própria alma do lugar e de seus habitantes.

4. O TRAUMA NOS LUGARES: A SERRA DO CURRAL COMO PARADIGMA

A Serra do Curral, que se ergue imponente como um dos mais reconhecíveis cartões-postais de Belo Horizonte, é, em sua essência, um monumento vivo à dicotomia intrínseca da paisagem mineira. Sua beleza, que serve de moldura

para a capital, esconde uma realidade menos visível, mas igualmente presente: a da devastação provocada pela mineração. Do lado voltado para Belo Horizonte, a serra é uma imponente crista homoclinal, uma cadeia de pedra e vegetação que evoca a grandiosidade da natureza. Contudo, essa percepção é drasticamente alterada ao se revelar seu outro lado: uma cava de mineração esgotada, tão profunda que atinge o lençol freático, formando uma extensa lagoa artificial, uma natureza forjada pela intervenção humana. Essa imagem é um espelho das íngremes linhas topográficas resultantes da remoção da terra, onde a ausência de vegetação e a artificialidade da paisagem gritam o impacto da intervenção humana. A Serra do Curral se revela, assim, como uma casca.

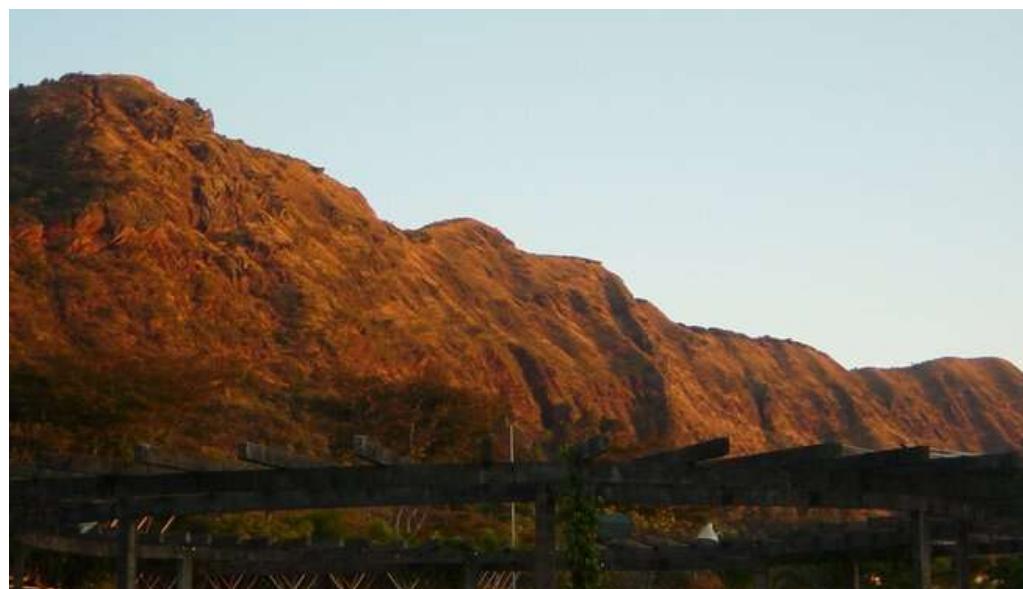


Figura 4. Serra do Curral vista a partir do Parque das Mangabeiras Maurício Campos, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Fonte: Rodrigo Queiroga, 2008. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Serra_do_Curral_-BH_-MG_-Brasil.jpg, acesso em 23/06/2025.



Figura 5. A cava de mineração aberta do outro lado da Serra do Curral, com a cidade de Belo Horizonte ao fundo.

Fonte: Arthur Nicolato, 2017. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/46726119@N07/32219045345/in/photoset/>, acesso em 23/06/2025.

Essa paisagem dicotômica é profunda. Há quem diga que a Serra do Curral demarca a divisão entre as "Minas" e as "Gerais", o que acontece de forma abrupta, se desconsiderarmos que o espaço das "Gerais" também está se tornando "Minas" com as recentes explorações de lítio no norte do estado. Essa condição de casca, essa realidade do lado oculto, é estranha aos belo-horizontinos que desconhecem o outro lado, de maneira análoga a um engano platônico onde a percepção superficial mascara uma realidade profunda. O trabalho dos mineradores na Serra assemelhou-se ao trabalho dos cupins, que consomem o interior da madeira, deixando a superfície aparentemente intacta até que a exaustão interna os força a expor galerias vazias. Essa é uma representação da perda, da ausência e da memória do que outrora existiu. A compreensão plena dessa paisagem cultural e de suas contradições só é alcançável de duas maneiras: a primeira, na crista da serra, na própria linha que divide a mineração da cidade, na margem, onde a dicotomia se manifesta de forma mais nítida. A segunda, por meio de imagens de satélite, que, embora ofereçam uma perspectiva macro, demonstram a situação em uma dimensão limitada, revelando apenas o buraco, a arredondada interrupção da paisagem. Assim, a apreensão completa só é possível na borda, neste entremedio entre a devastação e a serra que antecede a metrópole belo-horizontina. Essa fronteira, essa área de transição, torna-se um *locus* privilegiado para a percepção do trauma da paisagem.

A imagem da Serra do Curral, e por extensão as demais paisagens alteradas pela mineração, levanta uma questão fundamental e pragmaticamente desafiadora: o que fazer com as enormes cavas já abertas, os lagos criados com a exposição do lençol freático, os maquinários abandonados, as ruínas de uma exploração econômica que já nasce como ruína, as ruínas do que a pesquisadora e cineasta Simone Cortezão irá chamar de Zonas de Ressacas (Freire, 2017), e os lugares devastados pelos rompimentos de barragens? O que fazer com estes lugares repletos de um trauma da alteração profunda dos lugares? Diante desse cenário, duas respostas se apresentam, cada uma com suas implicações éticas e práticas.

4.1 RECUPERAÇÃO E OCULTAÇÃO: A NEGAÇÃO DO TRAUMA

A primeira abordagem se trata do que poderíamos chamar de recuperação e ocultação, ou a negação do trauma, propondo recuperar esses espaços, tapando os buracos, recompondo as montanhas e fingindo que nada aconteceu

nestes lugares. O exemplo mais claro dessa possibilidade, inclusive na própria Serra do Curral, é o do Parque das Mangabeiras em Belo Horizonte. Essa área, que já foi intensamente minerada pela estatal Empresa Ferro Belo Horizonte S/A (Ferrobel) a partir da década de 1960, foi desativada em 1979 e, posteriormente, sob um projeto paisagístico de Roberto Burle Marx, transformou-se no Parque das Mangabeiras Maurício Campos. Nesse caso, a mineração na área virou assunto histórico e, na paisagem, quase nenhum rastro ficou, a não ser certa topografia que passa despercebida aos olhos. Essa estratégia de curar as feridas da paisagem, embora louvável do ponto de vista ambiental e recreativo, levanta questões sobre a honestidade do processo: ao apagar as marcas da intervenção, o risco é o de apagar também a memória e, com ela, as lições aprendidas e o reconhecimento do trauma. É uma forma de anistia ao passado que pode, inadvertidamente, perpetuar as condições para futuras catástrofes.

4.2 ACEITAÇÃO E CONFRONTAÇÃO: A ELABORAÇÃO DO TRAUMA E O "PATRIMÔNIO DIFÍCIL"

Como segunda possibilidade, temos a aceitação e a confrontação, entendidas como processo de aceitar a paisagem mineira como ela é, com suas serras mineradas, as cavas por todo canto, os bicames de pedra, os aquedutos da mineração do ouro, a arqueologia das lavras, as baías de decantação do ouro, os diques de lavagem. É reconhecer o que vemos na crista da Serra do Curral, a casca que ela é. Essa abordagem propõe deixar estes lugares como estão, como chegaram até nós, como ruínas, como feridas abertas na terra, como rastros do processo econômico.

Essa segunda via nos convida a uma reconciliação com o passado, a aceitar a mineração que nos formou, nos legou traumas, trouxe o povo mineiro até aqui. O cerne dessa proposta é não tentar esconder a mineração, não maquiá-la, mas lidar com o espaço alterado. Este é o movimento que a elaboração, no campo da psicanálise, solicita (GAGNEBIN, 2009), e talvez seja, por conseguinte, a resposta à Solastalgia, a tentativa de resolver o trauma da mudança do espaço por meio do próprio espaço. Ao invés de dissimular a violência imposta à terra, propõe-se confrontar a alteração, transformando as cicatrizes em locais de reflexão e memória. Essa perspectiva se alinha com a ideia de que a elaboração do trauma não passa pela negação, mas pela integração do evento traumático na narrativa coletiva (Seligmann-Silva, 2008), constituindo o que pode ser compreendido como patrimônio difícil.

A proposta de lidar com os lugares alterados pela mineração, aceitando suas ruínas e cicatrizes, encontra ressonância profunda na obra de Georges Didi-Huberman, especialmente em seu texto "Cascas" (2013). Nesse ensaio, o autor reflete sobre sua visita ao campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, um local onde a barbárie se manifestou em sua forma mais extrema. Didi-Huberman analisa como esse espaço, hoje um "lugar de cultura", convive com "temporalidades distintas, uma da barbárie e outra da cultura". Ele questiona as intervenções que visam "esquecer" Auschwitz em seu próprio lugar, transformando-o em um "lugar fictício destinado a lembrar Auschwitz" (Didi-Huberman, 2013, p. 108).

Para Didi-Huberman, diferentemente de Auschwitz, que se constitui como museu, Birkenau se mantém como um sítio arqueológico. É em Birkenau que o autor encontra a verdade do trauma, expressa nas ruínas e na matéria que "resta para ver, ali onde quase tudo foi destruído". Ele descreve esse chão como "fissurado, ferido, varado, rachado. Escoriado, dilacerado, aberto. Desagregado, estilhaçado pela história, um chão que berra" (Didi-Huberman, 2013, p. 109). Esse "chão que berra" é uma metáfora poderosa para a paisagem mineira devastada, onde as cavas e rejeitos também gritam a violência sofrida.

Um lugar como Birkenau, e por extensão, dadas as devidas proporções, as paisagens mineiras alteradas, "exige do visitante que ele se interroge, num momento qualquer, sobre seus próprios atos de olhar" (Didi-Huberman, 2013, p. 109). Didi-Huberman aborda o "inimaginável" do horror ali vivido, mas seu gesto de escrita, de fotografia, de criar imagens, o leva à convicção de que "Isso é inimaginável, logo vou imaginá-lo apesar de tudo.". Essa perspectiva nos remete ao "indizível do relato do trauma" (Seligmann-Silva, 2008), e ao processo de imaginação necessário tanto para narrar quanto para compreender o trauma.

O autor propõe um olhar arqueológico para esse espaço de evidências materiais destruídas e em ruínas. Esse olhar busca, na matéria que ainda sobra, a dor do acontecido, a desolação, o horror. Trata-se de ver abaixo, a camada recoberta e agora revirada pelo olhar imaginativo no presente: "Olhar as coisas de um ponto de vista arqueológico é comparar o que vemos no presente, o que sobreviveu, com o que sabemos ter desaparecido" (Didi-Huberman, 2013, p. 117). Essa abordagem é crucial para a paisagem mineira,

permitindo que as cavas, os lagos de rejeito e as montanhas desfiguradas sejam lidas como camadas de história, onde o ausente e o presente se encontram.

Didi-Huberman critica também a simplificação do discurso em espaços de trauma, pois nesse processo a dimensão da barbárie, da catástrofe, se perde. Ele questiona: "Mas será necessária uma realidade claramente visível - ou legível - para que o testemunho se consume?" (Didi-Huberman, 2013, p. 121). Sua escrita enfatiza a dimensão pedagógica da lacuna como potencialidade de entendimento do lugar e do horror ali ocorrido:

Logo, nunca poderemos dizer: não há nada para ver, não há mais nada para ver. Para saber desconfiar do que vemos, devemos saber mais, ver, apesar de tudo. Apesar da destruição, da supressão de todas as coisas. Convém saber olhar como um arqueólogo. E é através de um olhar desse tipo - de uma interrogação desse tipo - que vemos que as coisas começam a nos olhar a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados (Didi-Huberman, 2013, p. 127).

Dessa maneira, Didi-Huberman oferece uma abordagem poderosa para lidar com os lugares alterados pela mineração. Sua proposta é a de um olhar honesto com o espaço, que recusa movimentos de embelezamento, reparações ou reintegrações. Pelo contrário, ele sugere deixar à mostra a lacuna, a contradição, o vazio, resistindo à tentativa de facilitar a leitura do espaço, torná-lo simples. O espaço deve ser compreendido em suas contradições e em suas várias cascas – a da catástrofe, a de sua ocupação anterior, a de seu uso atual e a de sua transformação.

Se o lugar da barbárie, da catástrofe e da Solastalgia possui uma dimensão indizível, inimaginável, não se deve ter a pretensão de simplificar o discurso sobre ele. Ele deve reter uma dimensão do indizível, do imaginado por meio da lacuna, do que não é dito no lugar, na maneira como vemos. Essa forma de lidar com o lugar alterado constitui-se como uma tentativa de elaboração. Ela busca produzir, naquele que está no espaço, um trabalho no presente que busque entender o passado, compreender seus ecos no presente e projetar um futuro sem o que ocasionou a alteração dos lugares. O que se constitui no que poderíamos mencionar de lugar de elaboração, conceito a ser desenvolvido em pesquisas futuras.

5. OS LUGARES DE “PATRIMÔNIO DIFÍCIL”: CAMINHOS PARA A ELABORAÇÃO DO TRAUMA

A complexidade de lidar com paisagens alteradas pela mineração, que geram o profundo sentimento de Solastalgia, encontra um terreno fértil de discussão e possíveis respostas no campo do patrimônio cultural. Tradicionalmente, o tombamento de bens culturais, uma das principais ferramentas de proteção patrimonial, tem como premissa a manutenção de um determinado estado, característica, atributo ou significância do bem, buscando estabilizar suas dimensões ao longo do tempo. Esse processo visa preservar espaços, edifícios e objetos em sua integridade.

No entanto, quando se trata de lugares profundamente alterados pela mineração, a estabilização adquire um novo e crucial significado. Nesses casos, a estabilização da paisagem, seja na forma de sua ruína ou de sua alteração, torna-se um fator principal na potencial resolução da Solastalgia. Afinal, esse sentimento é, em sua essência, a dor provocada pela alteração dos lugares. Ao invés de tentar reverter ou esconder a mudança, a proposta é confrontar a nova realidade espacial, aceitando-a como parte de uma história complexa e dolorosa, com as adaptações necessárias à sua estabilização e integração ambiental, o estritamente necessário.

Nesse contexto, esses lugares minerados podem e devem ser vistos como lugares de “patrimônio difícil” (Meneguello, 2020), uma categoria de patrimônio que se refere a sítios que rememoram eventos traumáticos, violências e processos históricos dolorosos, como campos de concentração, prisões políticas ou locais de desastres. Esses locais de “rememoração coletiva” (Meneguello, 2020) do processo da Solastalgia podem atuar como agentes de sua própria elaboração. Eles convidam a uma busca por uma exploração minerária mais justa e respeitosa, que garanta os direitos humanos e que tenha em mente algum tipo de reparação aos atingidos, uma reparação, inclusive, que se dê na perspectiva mesmo dos atingidos. Ao invés de serem apagados ou dissimulados, esses lugares se constituem como locais de testemunho do trauma e dos sentimentos advindo deste dano.

Meneguello (2020, p. 247) argumenta que esses lugares cumprem uma função essencial:

[...] na manutenção dos direitos humanos, permanecendo como uma lembrança incômoda do passado; dão voz a minorias perseguidas, evitando o apagamento de suas experiências; e redimensionam o próprio conceito de

patrimônio como a preservação do belo e do bom. Numa sociedade em que a relação individual com a morte é cada vez mais distante e asséptica, tais patrimônios devolvem a interação com a finitude e a残酷, requalificando o sofrimento como um acontecimento histórico capaz de suscitar novos arranjos sociais.

Essa é, portanto, a perspectiva mais ética e produtiva para lidar com os lugares alterados pela mineração. Uma perspectiva que permite a elaboração do trauma dos lugares enquanto Solastalgia por meio do mesmo lugar. Em última instância, essa abordagem busca traçar um caminho para um futuro possível, apesar e por causa das várias catástrofes e lugares alterados pela mineração.

Pensando nesta perspectiva, a elaboração da Solastalgia enquanto sintoma do trauma da mineração nos lugares alterados por esta atividade indica um processo complexo que se desdobra em três tempos distintos. Cada um desses tempos é uma resposta à maneira como o ser humano reage e processa essa dor das paisagens em transformação, conforme salientado por Albrecht (2005), oferecendo uma via para a reconciliação e a compreensão profunda do impacto mineralício.

5.1. O TEMPO DO PASSADO: ESCLARECENDO A HISTÓRIA DO TRAUMA

A primeira dimensão da elaboração do trauma se manifesta como uma resposta ao passado, como um olhar esclarecedor para a história da mineração em Minas Gerais. Não se trata de uma simples rememoração ou comemoração de um passado idílico, como Gagnebin (2009) nos alerta sobre os perigos de uma memória que apenas celebra e ignora as sombras. Pelo contrário, o que se busca é uma compreensão aprofundada dos traumas que a mineração provocou na paisagem e na própria identidade de Minas Gerais.

Esse olhar honesto permite entender como a mineração moldou não apenas o perfil topográfico do estado, mas tudo, em toda nossa tradição, nossos costumes, nossa arquitetura, nossa arte, nossa cultura profundamente afetada pela mineração. É um reconhecimento de que a beleza barroca de Ouro Preto e Mariana, as obras de Aleijadinho e Ataíde, as tradições folclóricas e culinárias, e até mesmo a formação do povo mineiro, são inseparáveis do ciclo do ouro e do ferro, da mineração em geral, como documentos da barbárie na acepção de Benjamin (Löwy, 2005). Essa perspectiva convida a ver o passado minerador do estado tal como ele é, sem esconder sua violência, suas tragédias e seus colapsos, de maneira honesta. Isso implica confrontar a extinção de povos indígenas, a escravidão, as primeiras catástrofes e as marcas indeléveis

deixadas na terra, como as "Zonas de Ressacas" (Freire, 2017), como estas sobras dos espaços consumidos pela exploração do capital. A honestidade com o passado é o primeiro passo para uma elaboração efetiva, desenterrando verdades incômodas que jazem sob a superfície da narrativa oficial.

5.2. O TEMPO DO PRESENTE: CONFRONTANDO OS RASTROS ATUAIS DA CATÁSTROFE

A segunda dimensão da elaboração desse sofrimento ligado à alteração dos lugares é a resposta ao componente do presente. Aqui, o foco está em esclarecer os rastros deixados pela atividade minerária nos dias de hoje e, mais importante, como esses rastros continuam a produzir a catástrofe, a barbárie e a desolação que vemos, buscando expor como o processo minerário em Minas Gerais se desenrola a despeito de comunidades tradicionais e sua relação com o lugar, da conservação ambiental e de medidas de segurança estritas.

Essa abordagem exige uma análise crítica do sistema de governança da mineração. É preciso investigar como a máquina da mineração se instalou em um sistema de regulações, diretrizes, normas, regras e leis que avançaram muito com o momento da contemporaneidade do rompimento das barragens, mas que certamente precisam avançar ainda mais, ser mais transparentes; e respeitosos com os lugares, com a terra que é mesmo a fonte desta atividade. Os dados alarmantes sobre o número de barragens de mineração em Minas Gerais, seus riscos e a ausência de Planos de Ação de Emergência, conforme fornecido pela Agência Nacional de Mineração (ANM, 2024), são testemunhos vivos dessa continuidade da catástrofe no presente. A atuação de mineradoras em áreas de comunidades tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos, sem o devido respeito aos seus direitos territoriais e culturais, e a persistência de impactos ambientais como a contaminação de rios e a perda de biodiversidade, são exemplos de como a barbárie da mineração não é um fenômeno do passado, mas uma realidade cotidiana.

5.3. O TEMPO DO FUTURO: CONSTRUINDO UM NOVO CAMINHO

Finalmente, a terceira dimensão da elaboração da Solastalgia é a resposta ao componente do futuro. Esta dimensão incorpora a mudança, da luta para que catástrofes novas não voltem a acontecer por meio dos mecanismos necessários para isso. Não se trata de uma visão utópica de erradicação da mineração, dada sua centralidade econômica em Minas Gerais, mas de uma

busca por uma mineração que seja fundamentalmente diferente, que aprenda com os traumas do passado e do presente.

Essa perspectiva exige um contexto que considera a mineração como um trauma do estado, mas como máquina que precisa considerar a relação das pessoas com os lugares, mesmo aqueles lugares já profundamente afetados por sua atividade, como em Bento Rodrigues, no vale do Rio Doce, ou em Brumadinho. Isso implica na necessidade de políticas públicas mais rigorosas, fiscalização mais efetiva, e uma profunda mudança na cultura corporativa das empresas mineradoras. A luta por um futuro diferente envolve a participação ativa da sociedade civil, das comunidades afetadas, de pesquisadores e de órgãos governamentais. É um chamado para o desenvolvimento de tecnologias mais seguras, a implementação de planos de recuperação e reparação justos e a valorização do conhecimento local e das perspectivas dos atingidos. É a dimensão da esperança e da ação, que busca transformar a dor provocada pela transformação dos lugares em um motor para a construção de um futuro mais sustentável e equitativo para Minas Gerais.

Nesse sentido, a proposta central é a de uma elaboração desse sofrimento ligado à alteração dos lugares que se dê no e através do espaço alterado. Essa elaboração implica em incorporar os signos do passado no presente, seus rastros e suas cicatrizes, como uma forma de reconciliação com o passado, de aceitação da mineração. Não se busca uma tentativa de escondê-la, de maquiá-la em um processo de quase anistia, de deixar os lugares como se nada ali tivesse acontecido, pois essa abordagem seria desonesta e ineficaz para o processo de elaboração. A perspectiva é, ao contrário, a de lidar com os lugares tal qual eles chegaram até hoje, com as alterações da mineração, mostrando o lugar alterado em toda sua complexidade como possibilidade de esclarecimento do passado, dos traumas, da catástrofe; o que pode ser uma resposta à Solastalgia. Embora a resposta óbvia pareça ser o retorno ao lugar como ele era antes da alteração, sem nenhuma modificação, em uma recriação de um passado, como maquete, essa abordagem pode ser contraproducente. Ao esconder ou enterrar o processo que provocou tal sofrimento, há uma contribuição para que novas alterações de lugares voltem a acontecer, pois todo o trauma fica escondido, enterrado e anistiado. Esse processo é pouco honesto e, efetivamente, não propicia a elaboração.

A verdadeira elaboração, portanto, reside na coragem de confrontar as feridas abertas na paisagem, de reconhecê-las como parte da história e de transformá-las em locais de aprendizado e memória. É aceitar a Serra do Curral como uma casca, um lugar que, em sua dualidade, revela a complexidade da relação entre natureza e intervenção humana em Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O LEGADO INESCAPÁVEL — A MINERAÇÃO COMO GÊNESE E TRAUMA PERMANENTE DE MINAS GERAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se desvelar a profunda e multifacetada relação entre o estado de Minas Gerais e a atividade minerária. Evidenciou-se que a mineração não é apenas um setor econômico; ela é, intrinsecamente, a força motriz que deu origem ao estado, moldou sua paisagem, impulsionou seu desenvolvimento econômico e cultural, mas também o cindiu, legando-lhe um complexo e persistente trauma. Desde as jazidas de ouro que atraíram os primeiros colonizadores, passando pela ascensão robusta do minério de ferro, até as explorações contemporâneas de lítio, a paisagem mineira é a materialização de séculos de intervenção humana em busca de riquezas.

Os números da produção mineral em Minas Gerais são, de fato, gigantescos, revelando a colossal contribuição do estado para a economia nacional. No entanto, essa opulência contrasta drasticamente com a outra face da mineração: a supressão de comunidades indígenas, a migração forçada de milhões de escravizados, a modificação drástica dos lugares. A riqueza cultural, o barroco exuberante, a maior malha ferroviária do Brasil e os expressivos valores de arrecadação por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) são conquistas que não podem ofuscar as cicatrizes socioambientais e as inúmeras tragédias que pontuam a história minerária de Minas Gerais. Os rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) são marcos dolorosos dessa realidade, transformando o Brasil no país com o maior número de mortes em acidentes desse tipo, e deixando um legado de devastação que se estende por centenas de quilômetros de rios e ecossistemas.

Nesse cenário, o conceito de Solastalgia emerge como uma ferramenta fundamental para compreender a dimensão emocional e psicológica do impacto da mineração. Não se trata de uma nostalgia romântica pelo que foi perdido, mas de uma "dor ou angústia existencial" sentida quando o "meio

ambiente doméstico de alguém está mudando de uma forma que é sentida como intrusiva e indesejável" (Albrecht., 2005). Em Minas Gerais, esse sentimento é o sintoma do trauma incessante de uma terra que, como um corpo na mesa de cirurgia, tem seus tecidos revolvidos e retirados continuamente, deixando feridas abertas e uma nova topografia que expressa a violência sofrida.

A Serra do Curral, como uma casca, sintetiza essa dicotomia. Ela revela a paisagem como um espaço de contradição, onde a beleza imponente esconde a devastação minerária, uma realidade por muito tempo ignorada. Sua dicotomia é um convite a um olhar mais profundo, que vai além da superfície e confronta a geografia das alterações dos lugares. A questão "o que fazer com a paisagem já alterada pela mineração?" abre duas vias: a da recuperação que oculta o passado, ou a da aceitação das ruínas como memória e testemunho.

A perspectiva de Didi-Huberman sobre o olhar arqueológico para os espaços de trauma, como Auschwitz-Birkenau, oferece um norte crucial para Minas Gerais. Essa abordagem propõe um olhar honesto para a paisagem minerada, sem embelezamentos, reparações ou reintegrações. Pelo contrário, Didi-Huberman defende deixar à mostra a lacuna, a contradição, o vazio, resistindo à tentação de simplificar um discurso sobre o inimaginável e o indizível do trauma. A lacuna e o que não é dito tornam-se, paradoxalmente, elementos pedagógicos poderosos, convidando à interrogação e à compreensão das camadas de história e dor que o espaço encerra.

Nesse sentido, o campo do patrimônio cultural desempenha um papel fundamental. O conceito de "patrimônio difícil" (Meneguello, 2020) permite que os locais alterados pela mineração sejam reconhecidos como sítios de memória coletiva do processo da Solastalgia. Esses locais, com suas cicatrizes e ruínas, podem e devem ser constituídos como registros, recordações e auxílio às vítimas, servindo como lembrança incômoda do passado. A estabilização desses lugares, em sua condição de alteração, torna-se um fator crucial para a elaboração do trauma, pois a dor desse sentimento provocado pela alteração dos lugares é justamente a dor da mudança.

A elaboração, portanto, se dá no espaço alterado, incorporando os signos do passado no presente, seus rastros e suas cicatrizes, como um caminho para a reconciliação com o passado e a aceitação da mineração. Não se trata de escondê-la ou maquiá-la, mas de lidar com os lugares tal qual eles chegaram

até hoje, com as alterações da mineração. Mostrar o lugar alterado em toda sua complexidade é a possibilidade de esclarecimento do passado, dos traumas, das catástrofes, e é, em si, uma resposta à Solastalgia. Ao recusar uma recriação de um passado, como maquete, que apenas esconde o processo que causou a dor, essa abordagem mais honesta propicia a elaboração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). *Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM): Mapa*. [S. I.], [20--?]. Disponível em: <https://app.anm.gov.br/sigbm/publico/mapa>. Acesso em: 03 jun. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). *Anuário Mineral Brasileiro: principais substâncias metálicas*. Coordenação técnica de Marina Dalla Costa. Brasília: ANM, 2022. 30 p. il. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb-2021-ano-base-2020.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ALBRECHT, Glenn. 'Solastalgia': a new concept in health and identity. *PAN: Philosophy, Activism, Nature*. Melbourne: Monash University, n. 3, p. 44-59, 2005.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial 1750-1822*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (CODEMIG). *Mineração*. [S. I.], [20--?]. Disponível em: <http://www.codemig.com.br/atuacao/mineracao/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Cascas. In: *Revista Serrote*, n. 13, p. 99-133, 2013.

FREIRE, Simone Cortezão. *Terras remotas: as ficções da economia e as zonas de ressaca*. 2017. Tese (Doutorado em Arte e Cultura Contemporânea) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O que significa elaborar o passado? In.: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo, Editora 34, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, São Paulo: USP, v. 15, n. 29, p. 38 - 55, 2016.

GUIMARÃES, Carolina Lucinda; MILANEZ, Bruno. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v. 41, p. 215 - 236, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). *Em 2023, mineração repete faturamento do ano anterior e pretende ampliar investimentos até 2028*. [S. I.], 31 jan. 2024. Disponível em: <https://ibram.org.br/release/em-2023-mineracao-repete-faturamento-do-ano-anterior-e-pretende-ampliar-investimentos-ate-2028/#:~:text=9%20mil%20vagas%20a%20mais,diretos%20superava%202011%20mil%20vagas>. Acesso em: 03 jun. 2025.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan*. Volume 1: as bases conceituais. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulários de psicanálise*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho: em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, vol.1, 2007.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis (sombrios). In.: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO (Org.). *Dicionários temáticos de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

PASSARINHO, Nathalia. *Tragédia com barragem da Vale em Brumadinho pode ser a pior no mundo em 3 décadas*. São Paulo: BBC News Brasil, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47034499>. Acesso em: 03 jun. 2025.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, vol. 1, 2007.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M.. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVA, Fernanda Faria; SILVA, Jordana Ferreira da. Mineração e desastre: resiliência econômica regional e o caso de Mariana (Minas Gerais, Brasil). *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte: UFMG, v. 27, n. 2, p. 692-720, 2021.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Os sentidos do povoamento: aspectos da ocupação territorial de Minas Gerais. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté: Universidade de Taubaté, v. 1, n. 1, 2009.

WISNIK, José Miguel. *Maquinção do Mundo: Drummond e a mineração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Lucas Marques Tarabal: Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, onde desenvolveu pesquisa sobre experiência do espaço e cinema ficcional, é bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Santa Luzia. Atualmente atua como Arquiteto Urbanista do corpo técnico da Gerência de Projetos e Obras, Diretoria de Conservação e Restauração, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG.

Texto recebido em: 30/06/2025

Texto aprovado em: 12/12/2025